

DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS PARA SOBERANIA ALIMENTAR

Elaine Regina Branco

Palavras-chave: abastecimento, soberania alimentar.

Resumo expandido

A soberania alimentar é uma questão que há muito tempo vem sendo discutida. Em 1946, Josué de Castro, em Geografia da Fome, mesmo que não tenha utilizado o termo soberania alimentar, já colocava a questão em pauta na agenda das políticas públicas. No período inicial da industrialização brasileira, o Brasil atravessou uma crise de produção de alimentos e a fome se alastrava pelo país. Nesse momento, Josué defendeu um quadro de medidas emergenciais que incluía o a manutenção e desenvolvimento da poliagricultura e o controle e orientação da produção para garantir, em primeira instância, a satisfação das necessidades alimentares mínimas da população e, em segunda instância, a satisfação das necessidades ótimas. Em 1996, no contexto de progressiva internacionalização da economia e de perda da capacidade dos governos nacionais de elaborar e promover políticas públicas capazes de garantir a segurança alimentar e nutricional das populações, os movimentos sociais do campo, em especial a Via Campesina, leva a questão a soberania alimentar para o debate na FAO. Propõem um conceito de soberania alimentar que a abriga o direito de cada nação manter o desenvolvimento de sua própria capacidade para produzir os alimentos básicos dos povos e o respeito à diversidade produtiva e cultural. A construção da soberania alimentar envolve diversas frentes de atuação, dentre elas, a distribuição de alimentos. Grande parte dos agricultores encontra-se subordinado a um sistema de distribuição de alimentos controlados pela agroindústria, pelas grandes redes de supermercados e/ou por outros intermediários os quais mantêm as centrais de abastecimento. Na maioria das vezes são esses intermediários que determinam os alimentos que devem ser produzidos e definem o preço a ser pago por eles, o que, historicamente, provocou a diminuição da diversidade de alimentos na mesa do brasileiro e, além do empobrecimento, desestímulo aos agricultores a continuar produzindo e graves problemas ambientais.

Os sistemas de objetos destinados à circulação e distribuição da produção agrícola estrutura-se sob a lógica de mercado. A materialização dos sistemas voltados para atender as necessidades

de aumento de lucro do agronegócio no Brasil é a maior representação do fenômeno. MCMICHAEL (2009) se utiliza da noção de Regime Alimentar para mostrar como a produção e a circulação de alimentos no mundo sempre estiveram atreladas à acumulação de capital. Na Geografia brasileira não encontramos trabalhos que explorem especificamente a questão da distribuição dos alimentos da agricultura tradicional ou camponesa. No entanto, os estudos sobre a questão agrária, como de Oliveira (2016) nos ajudam a compreender a urgência de e importância de novas formas de circulação que se oponham a forma e lógica predominante. A subordinação do trabalhador do campo à necessidade de lucro dos que controlam a terra e o sistema de distribuição de alimentos tem motivado alguns agricultores, organizados em cooperativas e/ou ligados aos movimentos sociais, a buscarem novas formas de organizar a produção e a distribuição dos alimentos. O acúmulo de discussões e de experiências torna os movimentos sociais atores chaves para pensar um projeto popular de distribuição de alimentos voltados para atender a necessidade de soberania alimentar.

Propomos-nos analisar as experiências populares de distribuição de alimentos e os seus potenciais para consolidação de novas formas de relações que possam indicar caminhos para a soberania alimentar a luz do instrumental teórico, conceitual e metodológico da Geografia e de ciências vizinhas que dialogam com a temática. Harvey (2004), com o conceito de ajustes espaciais, Fairbairn (2014), com sua leitura atual sobre o processo de financeirização das terras agrícolas e Paulani (2016), com o resgate da teoria da renda de Marx, nos ajudam a compreender o contexto atual em que se insere a organização do espaço agrário mundial e a tendência de aumento da submissão e expropriação dos agricultores que virão acompanhadas da intensificação da devastação ambiental. Porto-Gonçalves (1990 e 2006) contribui com a noção de territorialidades emergentes como resposta à ausência do Estado e também com a noção politizada de natureza. Milton Santos (2008 a e b), com a teoria produzida a respeito dos sistemas de objetos e sistemas de ações e sobre os dois circuitos da economia urbana. E, Belik e Fornazier (2013), com a revisão conceitual a respeito dos “circuitos curtos” na literatura internacional.

Com o instrumental geográfico nos propomos a localizar, selecionar, analisar, evidenciar possíveis contradições implícitas no processo e sistematizar as experiências significativas de distribuição de alimentos. A seleção das experiências será feita a partir da indicação dos movimentos sociais e de estudos referências sobre a temática. Consideramos o campo e a pesquisa bibliográfica como atividades para conhecer os potenciais das experiências, para

dialogar, analisar e identificar as possíveis contradições. Nossa intenção é disponibilizar o levantamento de campo aos atores-chaves dos movimentos sociais como parte constitutiva da metodologia do trabalho amparada na dialógica. Propomos-nos a verificar no processo se ocorre a emergência de novas territorialidades e possivelmente associá-la à construção da soberania alimentar.

A sistematização das experiências visa ser um instrumento de consulta organizado de forma simples e acessível para outros agricultores e atores que desejam construir experiências fundamentadas em uma lógica que se opõe à dominante que subordina, expropria, empobrece o agricultor e destrói os ecossistemas considerados estratégicos para o desenvolvimento sustentável da agricultura.